

A TAREFA E O FUNDAMENTO DA FILOSOFIA SEGUNDO OS PROTAGONISTAS DO CIRCULO DE VIENA: CARNAP, SCHLICK E NEURATH

Martin Adam Motloch

Doutor em Filosofia PUC-Rio
Bolsista de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação e Filosofia da UNICAMP
m.motloch@yahoo.de

Resumo:

O objetivo desse texto é apresentar as concepções da filosofia e do fundamento da filosofia (sendo o problema das proposições protocolares) dos protagonistas do Círculo de Viena: Carnap, Schlick e Neurath. No caso da concepção de filosofia focalizamos as diferenças entre eles, e no caso das proposições protocolares o foco recai sobre o desenvolvimento de suas ideias. Por conseguinte, o texto está dividido em duas partes.

Palavras-chave: Linguagem. Empirismo lógico. Filosofia Contemporânea.

Abstract:

The aim of this text is to present the conceptions of philosophy and the foundation of philosophy (which is the problem of protocol propositions) developed by the protagonists of the Vienna Circle: Carnap, Schlick and Neurath. Concerning the conception of philosophy we focus on the differences between them and in the case of protocol propositions the focus falls on the development of their ideas. Consequently the text is divided into two parts.

Keywords: Language. Logical empiricism. Contemporary philosophy.

I. Concepção da filosofia no Círculo de Viena

1. Considerações gerais

Kant já havia limitado as possibilidades da filosofia. As questões tipicamente metafísicas que tematizavam o princípio absoluto do ser, ou aquilo que no fundo constitui o mundo, superariam as faculdades do conhecimento humano e caberiam ao domínio da coisa em si. Com isso, Kant submeteu à metafísica, que era um alvo de ataque do Círculo de Viena, à crítica principal. Ele, todavia, deduziu das formas de conhecimento do sujeito, que são as condições da possibilidade da experiência, a possibilidade dos enunciados sintéticos *a priori* nas ciências da geometria, aritmética e física pura. O desenvolvimento científico, contudo, fez esse ponto de vista vacilar. O logicismo afirmava o caráter analítico da aritmética. A elaboração das geometrias não-euclidianas que refutavam o quinto postulado de Euclides, o postulado das paralelas, relativizou o espaço como uma forma da intuição *a priori*. Se pudessem existir várias geometrias, qual forma deveria ter o espaço interior e o espaço físico exterior: euclidiana ou talvez hiperbólica? A forma do

entendimento da causalidade foi relativizada na mecânica quântica, o pressuposto do espaço absoluto e do tempo absoluto na teoria da relatividade.

O objetivo do Círculo de Viena era integrar os conhecimentos das modernas ciências exatas através da lógica moderna, terminando assim a briga dos sistemas filosóficos, e dar à filosofia o seguro caminho de uma ciência. Tanto mais que depois do êxito de Kant, os sistemas metafísicos exerciam uma influência considerável.

2. Os elementos do empirismo lógico

O empirismo lógico era uma tentativa ampla de “agarrar” e explicar o fenômeno da linguagem e da ciência através da moderna análise da linguagem (cf. HALLER, 1993, p. 1). O objetivo era redefinir e aperfeiçoar o empirismo através da lógica moderna. A sistematização devia ser feita de uma maneira econômica segundo o princípio da *navalha de Ockham*. O ideal era um sistema lógico-dedutivo no qual todos os termos deveriam ser reduzidos aos termos empíricos (conforme o assim chamado *teorema de base*). Ao contrário do empirismo clássico, no empirismo lógico se investiga não as impressões mesmas, mas a linguagem na qual as impressões são descritas.

O empirismo, no entanto, é reduzido ao conhecimento de fatos (cf. KRAFT, 1950, p. 20). As concepções de Frege e Russell sobre a analiticidade da matemática e a concepção das leis lógicas como tautologias sem relação à realidade são adaptadas (cf. HALLER, 1993, p. 13). O empirismo está ligado à orientação científica, pois são as ciências reais que a partir de seus métodos empíricos alargam e corrigem os conhecimentos. À exatidão dos métodos e ao ideal da objetividade delas deveria se orientar a filosofia (cf. STADLER, 1997, p. 43-48). Segundo a divisa de Wittgenstein: “O que se deixa dizer, aquilo se deixa dizer claramente” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 2006, p. 9). Além disso, se defende um naturalismo, conforme o qual somente as ciências da natureza adquirem conhecimentos confiáveis sobre o mundo. Do empirismo, do naturalismo e da análise da lógica, segue a antimetáfísica agressiva: rejeição de um redobramento da realidade, de um ser atrás dos fenômenos (cf. HALLER, 1993, p. 9). Hume postulou o caráter insolúvel das questões metafísicas, o Círculo de Viena, a impossibilidade delas (cf. KRAFT, 1950, p. 31). As frases metafísicas são consideradas como pseudo-frases, como sentenças que não faltam à gramática linguística, mas à gramática lógica. São meras composições de palavras (cf. *Ibidem*, p. 30).

No Círculo de Viena havia objetivos coletivos e trabalho coletivo, mas predominava uma pluralidade de opiniões (cf. HALLER, 1993, p. 7) que se manifesta também na questão da determinação da tarefa da filosofia.

3. Schlick

Schlick é aquele que da tríade, Carnap, Neurath mais se deixou influenciar pelo Wittgenstein tractariano. Ele também assume a determinação da tarefa da filosofia como atividade linguístico-analítica para o descobrimento e a afirmação quase exata do sentido das proposições:

TLP 4.112 O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra lógica consiste essencialmente em elucidações. Os resultados da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos (WITTGENSTEIN, 2001, p. 177).

A filosofia não é autônoma (cf. STADLER, 1997, p. 43) e não é uma ciência. A rainha das ciências não tem que ser uma ciência (cf. SCHLICK, 2006¹, p. 34). Não tem nenhum método particular filosófico. As ciências reais também se preocupam com a explicação do sentido e são bem aconselhadas a empregar o instrumentário exato da lógica e matemática. Cada grande cientista é um filósofo (cf. Ibidem, p. 38), pois ele está preocupado com o esclarecimento das proposições. O procedimento do esclarecimento do sentido deve começar nas ciências lá onde existe falta de clareza (cf. KRAFT, 1950, p. 173). Sobretudo, se trata do esclarecimento do sentido das proposições fundamentais. Decisiva é a concepção do “sentido”. Somente as sentenças sobre o principalmente experimentável têm um sentido (Ibidem, p. 30). O sentido de uma frase é a indicação das suas condições de verdade ou na forma curta o método da sua verificação, intenta a verificação principal. Tem-se que indicar um estado de coisas possível que tornaria a proposição verdadeira. Normalmente a proposição indica o seu sentido explicitamente, porém, só no caso que se a entende. Para compreendê-la se tem que conhecer os significados das suas palavras. Pode-se indicar o significado através das definições, isto, porém, conduz as outras palavras e a um regresso *ad infinitum*, pois se explica palavra por palavra, senão se determina as palavras pelas definições ostensivas, isto é, as reduz aos dados empíricos. Desse modo, os seus significados são demonstrados: “Pela filosofia as proposições são esclarecidas, pela ciência, verificadas” (SCHLICK, 2006¹, p. 34). A metafísica tradicional se ocupa, por exemplo, de

perguntas pela “realidade em si” pelo “ser transcendente”. (SCHLICK, 2006¹, p. 188) As proposições nas quais estes termos ocorrem não são verificáveis. O mundo-atrás (*Hinterwelt*) é incognoscível em si. A coisa em si é uma contradição, pois não se pode indicar em quais condições a existência dela pode ser suposta. “Ao reverso da lua tem montanhas de 3000m de altura” é sensato porque a verificação é logicamente possível. Contudo, a afirmação “Existe um mundo em si” não pode ser verificada, ela é completamente incognoscível”. (KRAFT, 1950, p. 28) As expressões metafísicas não podem ser verificadas. As teorias metafísicas podem ser desqualificadas apenas com as seguintes frases: “As suas palavras não significam nada” ou “Eu não te entendo”. (SCHLICK, 2006¹, p. 222)

4. Carnap

Carnap concretiza o procedimento da determinação do sentido, para isso ele aceita sentenças sobre sentenças (cf. STADLER, 1997, p. 248), então de fato uma *metalinguagem*. A epistemologia tradicional é uma mistura de elementos lógicos e psicológicos (KRAFT, 1950, p. 22). Ela deve ser purificada e analisada (cf. CARNAP, 2006¹, p. 260). Portanto, Carnap se junta a Kant que transformou a filosofia teórica em gnosiológica. Ele distingue entre a fala material com a qual se fala sobre os objetos e a fala formal com a qual se fala sobre as expressões pelas quais os objetos são designados. As frases metafísicas fingem uma referência objetual, embora falem sobre expressões linguísticas, por isso se chamam pseudo-frases. Elas tratam de pseudo-problemas. Caso as frases se refiram aos objetos, elas caem no âmbito de competência das ciências reais que as investigam pelos métodos empíricos. Exemplos dessas frases seriam: “aquí está doendo”, “estou vendo uma mancha preta” (CARNAP, 2006¹, p. 262). A lógica da ciência traduz as pseudo-frases materiais em frases formais, joga as frases sem sentido “ao fogo” e analisa as frases formais. Os fatos não são analisados, mas as frases nas quais os fatos são descritos; isso corresponde à ideia da *reviravolta linguística*. Dessa maneira, a frase “há fenômenos como fatos originais aos quais todos os outros fenômenos são reduzíveis” é traduzida assim: “há sentenças últimas às quais todas as outras sentenças são reduzíveis” ou “qual forma têm os fenômenos últimos?” ou ainda “qual forma têm as sentenças últimas?” (Ibidem, p. 263). “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” significa a fala formal “a ciência é um sistema das sentenças, não dos nomes” (KRAFT, 1950, p. 70). Portanto, existem dois tipos de objetos científicos.

- a) coisas, processos, fatos
- b) a forma linguística

A filosofia atém-se ao segundo tipo (cf. CARNAP, 2006¹, p. 264). Embora nas ciências reais a investigação formal tenha seu lugar, a filosofia deve efetuar isso de uma maneira principal. Essa forma da investigação estabelece a disciplina da teoria da ciência. Por isso a filosofia tem um caráter formal. A sua tarefa é procurar um sistema formal neutro como um sistema completo dos termos (cf. CARNAP, 2006², p. 11). Um sistema constitucional deve se constituir através da redução dos conceitos aos outros conceitos até os conceitos do nível mais baixo que se relacionam ao dado empírico (Ibidem, p. 15). O filósofo age então como construtor das linguagens ideais.

Desde a sua obra *A sintaxe lógica da linguagem* de 1934, Carnap carece do conceito do sentido que era central para a concepção de Schlick. O sentido deve ser fornecido implicitamente pelas regras sintáticas formais (KRAFT¹, 1950, p. 173). A sintaxe correta e estrita exclui em seguida a possibilidade de sentenças sem sentido. Com isso se impede a formação de pseudo-frases e pseudo-problemas (cf. HALLER, 1993, p. 14). A escolha de uma linguagem apropriada, contudo, é coisa da convenção segundo o princípio da tolerância. Quanto à metafísica, Carnap concorda com Schlick para o qual as frases da metafísica exprimem nada mais que sentimentos e atitudes da vida. Digno de ser mencionado é que Carnap modificou ainda sua posição muitas vezes.

5. Neurath

Neurath se distanciou mais das opiniões de Wittgenstein (cf. HALLER, 1993, p. 173). Conforme ele, a filosofia não tem nenhuma autoridade própria. O naturalismo segundo o qual as questões filosóficas deveriam ser esclarecidas e resolvidas dentro das ciências particulares é radicalizado (cf. Ibidem, p. 16). O esclarecimento dos conceitos pertencentes ao âmbito da competência das ciências particulares (cf. NEURATH, 2006, p. 271). Não são necessárias séries insensatas de palavras. “Não necessitamos de nenhuma escala explicativa metafísica”, pois a lógica tautológica e a matemática já mostram quais transformações são aceitáveis (Ibidem, p. 272). Segundo ele não é possível falarmos sobre a linguagem por inteira (Ibidem, p. 273). Neurath se dirige contra a teoria da correspondência da verdade que é um pressuposto do verificacionismo e defende a teoria de verdade como coerência e um holismo epistemológico (nenhuma hipótese deve ser investigada em

particular, é sempre o sistema completo que está em jogo), com que ele antecipa ideias essenciais de Quine. “Proposições são comparadas com proposições, não com “experiências”, nem com um “mundo”, nem com nada mais”. Esses seriam “redobramentos privados do sentido”. “Cada nova proposição é confrontada com o conjunto das proposições existentes, já postas no acordo uns com outros. Uma proposição se chama correta se ela se deixa integrar” (NEURATH, 2006, p. 281). Neurath se concentra na construção da *ciência unificada* (*Einheitswissenschaft*) cuja linguagem universal não deveria ter uma linguagem ideal.

6. Resumo

A concepção da filosofia de Schlick é a de uma crítica linguística esclarecedora. Os esclarecimentos do sentido devem ser reduzidos através das definições dêiticas nas quais o sentido somente está demonstrado. Carnap concretiza o método do esclarecimento do sentido na concepção da filosofia como lógica da ciência que tem um caráter metalinguístico formal. Além disso, ele vê sua tarefa na construção de uma linguagem ideal das ciências. Neurath, em contrapartida, não vê nenhum lugar para a filosofia e se dedica a seu projeto de uma ciência unificada.

II. O fundamento do empirismo lógico ou o problema das proposições protocolares

1. Função e relevância

A função das proposições protocolares consiste em fixar os estados de coisas simples e imediatamente cognoscíveis na linguagem, excluindo tudo que for teórico e fundar, dessa maneira, na base desses estados de coisas empíricas elementares as ciências empíricas. Pois nas proposições protocolares a experiência imediata deve ser transposta à linguagem e feita fundamento das demais proposições científicas sintéticas. O que percebemos com nossos sentidos e em parte com o auxílio dos instrumentos e aparelhos através dos experimentos é o que deve apoiar o nosso conhecimento do mundo e exatamente isso deve ser o conteúdo das proposições protocolares. Por isso elas desempenham nas ciências indutivas um papel parecido àquele que desempenham os axiomas nas ciências dedutivas. Elas são a resposta empirista ao problema filosófico do fundamento do saber. Aquilo foi postulado no critério do sentido de Hume, que diz que

cada conceito tem que ser reduzido às sensações. Segundo Wittgenstein, a linguagem tem que ter uma referência na realidade e as proposições elementares tem que ser comparáveis imediatamente com a realidade. Todas as proposições não reduzíveis a elas seriam insensatas (KRAFT, 1950, p. 107). Essas pretensões augustas precisavam ser relativizadas como muitas vezes na história da filosofia têm sido investigadas escrupulosamente, o que aconteceu durante o debate de proposições protocolares.

2. A posição inicial de Carnap

Carnap qualificou a questão das proposições protocolares como um “problema essencial da lógica da ciência” (TUSCHLING; RISCHMÜLLER, 1983, p. 86). A tarefa fundamental do empirismo é a redução dos conceitos ao empiricamente dado (KRAFT, 1950, p. 105). A ideia consiste em explicar e justificar a formação das teorias das ciências da natureza mediante um modelo de duas linguagens. A linguagem teórica, com as suas leis e prognósticos têm que levar sua justificação da linguagem observacional que se refere ao dado empírico, outrora ela não teria nenhuma significância empírica e nenhum conteúdo proposicional. Usando as regras da correspondência (da tradução) o conhecimento empírico dos fatos deveria apoiar a teoria atingida. As proposições que alcançam o dado empírico, evidente são as proposições protocolares. Elas devem

- a) não ser carentes da validação, absolutamente validas;
- b) ser o fundamento das outras proposições das ciências.

As proposições protocolares originais são proposições protocolares nas quais não são empregadas nenhuma das “proposições indiretamente obtidas”. As proposições protocolares originais seriam extremamente complicadas (CARNAP, 2006³, p. 321).

Ainda que não se encontre tais proposições nas ciências reais concretas, elas teriam que se deixar reconstruir como sentenças básicas. Das proposições protocolares consiste a linguagem protocolar. As proposições protocolares são expressas na fala formal, “proposições que não precisam de uma confirmação, mas servem como fundação de todas as outras proposições das ciências”. Expresso na fala material, elas se relacionam aos conteúdos imediatos da experiência, os estados de coisas simples e cognoscíveis (Ibidem, p. 322). Se examina o sistema através das proposições protocolares (Ibidem, p. 321). Carnap caracteriza as proposições protocolares de uma maneira funcional; como aquelas

proposições que são capazes de desempenhar a função da confirmação. Ele admite, seguindo seu neutralismo metódico, três tipos:

- 1) Proposições como “agora alegria”, “aqui azul”, “ali vermelho” que exprimem as sensações e sentimentos mais simples. Esta concepção se chama o atomismo positivista (e se origina de *Mach*).
- 2) Proposições aproximadas como “agora círculo vermelho”, que exprimem sentimentos inteiros, os quais se recebem através da abstração das sensações particulares.
- 3) Proposições como “na mesa está um cubo vermelho”, que se relacionam aos corpos tridimensionais (cf. CARNAP, 2006³, p. 323).

Como proposições do sistema valem:

- a) proposições singulares (se referindo aos pontos espaço-temporal);
- b) proposições gerais (como as leis da natureza). (cf. *Ibidem*, p. 324)

De um conjunto de proposições singulares usando as leis da natureza e as regras da dedução se concluem as proposições protocolares. Finalmente essas proposições protocolares deduzidas são comparadas com as atuais (cf. *Ibidem*). O exame se passa a respeito do sistema e não da proposição particular (cf. *Ibidem*, p. 321). O sistema não é inteiramente determinado pela experiência, mas também co-determinado pela convenção (sub-determinado) (cf. *Ibidem*, p. 324). Como Carnap persegue um programa da ciência unificada, isto é, que as ciências são iguais com respeito aos estados de coisas, à linguagem e ao método, elas precisam de uma linguagem unificada das ciências como linguagem teórica. Pela linguagem fisicalista sendo intersubjetiva, intersensual e universal ele se dedica a ela, sob a influência de Neurath. Uma linguagem universal é uma “na qual cada proposição pode ser traduzida” (*Ibidem*, p. 320). Na linguagem fisicalista se faz corresponder uma quantidade estática a uma série de valores de coordenadas espaço-temporais. As determinações qualitativas atuam como abreviações das determinações quantitativas (cf. *Ibidem*, p. 326). Para que as proposições fisicalistas recorram à observação tem que existir uma relação dedutiva entre a linguagem fisicalista e a protocolar (cf. *Ibidem*, p. 342-343). Isso é garantido segundo Carnap pela relação de *igualdade de conteúdo* (*Gehaltgleichheit*). “Igual de conteúdo” significa que a proposição P’ da linguagem fisicalista é dedutível da proposição P da linguagem protocolar e vice-versa. É verdade que as duas proposições contém um diferente *conteúdo da representação* (*Vorstellungsgehalt*), mas o mesmo conteúdo lógico é aquele que conta (cf. *Ibidem*, p. 347). Assim todas as proposições da linguagem protocolar são traduzíveis na linguagem fisicalista (cf.

CARNAP, 2006³, p. 350). A linguagem protocolar é uma linguagem parcial da linguagem fisicalista. Carnap não defende apesar da sua orientação à linguagem unificada nenhum reduativismo das leis para as ciências diferentes da física. Antes, pelo contrário, só os conceitos delas devem se deixar formular na linguagem da física.

3. A crítica construtiva de Neurath

Neurath critica em seu escrito *As proposições protocolares*, de 1932, a concepção de Carnap de *A linguagem fisicalista como linguagem unificada da ciência* (*Die physikalische Sprache als Einheitsprache der Wissenschaft*). Ele começa com a crítica da ideia das preposições protocolares claras e precisas. As *aglomerações* (*Ballungen*: termos não-analisados, inexatos) (cf. NEURATH, 2006², p. 400) sobram sempre. É verdade que se podem precisar cada termo, mas não todos simultaneamente. Para a explicação dos termos da linguagem altamente científica é preciso recorrer a termos da linguagem da ciência trivial. Por exemplo, precisamos da linguagem macroscópica para falar sobre os aparelhos físicos. A linguagem altamente científica não pode ser entendida em particular. Temos que integrá-la ao nosso mundo de vida. Para isso temos que usar de um “*slang* universal” (Ibidem, p. 401). Sempre há elementos deduzidos não originais nas proposições protocolares (cf. Ibidem, p. 406). Em princípio cada proposição pode ser cancelada (cf. Ibidem, p. 405-406). Isso depende dos processos do desenvolvimento das ciências (cf. Ibidem, p. 404), tanto das fontes de erros possíveis quanto da carregação com a teoria das proposições observacionais.

Não existe nenhuma maneira de usar proposições protocolares puras conclusivamente estabelecidas como ponto de partida para as ciências. [...] Somos como marinheiros que têm de reconstruir o seu barco no alto-mar, por nunca poderem desmantelá-lo em um porto e reconstruí-lo aí a partir dos melhores materiais. (PRECHTL, 2004, p. 188; GALVÃO, 2006¹, p. 633-634)

Decisiva é somente a falta das contradições. As proposições têm que ser comparados com outras proposições. Caso uma proposição nova esteja em contradição ao sistema, podemos:

- 1) cancelar essa proposição;
- 2) modificar o sistema de tal maneira que ela se deixa inserir (cf. NEURATH, 2006², p. 403).

As linguagens são para Neurath intersubjetivas em si. Por isso ele prefere uma outra forma de proposições protocolares incluindo o nome de protocolante, o conceito da

percepção, a indicação do tempo e do lugar (KRAFT, 1950, p. 108) do seguinte tipo: “Protocolo de Otto às 3:17: [às 3:16, o pensamento linguístico de Otto era: (às 3:15 havia uma mesa no quarto percebida por Otto)].” (cf. NEURATH, 2006², p. 403; GALVÃO, 2006², p. 633-634)

O nome da pessoa e o termo da percepção são elementos essenciais. Popper critica essa posição: “Cada sistema pode ser defendido se pode-se simplesmente cancelar as proposições protocolares que não convêm”. “Como as proposições particulares se distinguem pela decisão (convencionalismo)” (TUSCHLING; RISCHMÜLLER, 1983, p. 87) faltam critérios para determinar as proposições protocolares de Neurath (às vezes, porém, se denomina o princípio da economia e da comodidade).

4. A revisão de Carnap

Depois da crítica de Neurath, Carnap modificou a sua posição. Para a construção da ciência duas possibilidades são possíveis:

- a) proposições protocolares fora da linguagem do sistema, ligadas a ela através das regras da tradução, com a vantagem da maior liberdade (correspondente à sua posição prévia).
- b) proposições protocolares dentro da linguagem do sistema, com a vantagem da maior homogeneidade. A sua “forma é ligada às determinações sintáticas da linguagem do sistema” (como no caso de Neurath). (cf. CARNAP, 2006⁴, p. 412-413)

Qual possibilidade se escolhe é assunto da convenção. A respeito da possibilidade **a**, podemos dizer que as proposições protocolares são algo como sinais, processos que são traduzidos na linguagem do sistema. Pertence-lhes certo grau da certeza (cf. *Ibidem*, p. 415-416). Se a tradução de uma proposição não cabe, se pode

1. modificar as regras da tradução
2. modificar as proposições não-protocolares (cf. *Ibidem*, p. 418).

Dessas proposições protocolares traduzidas se obtém proposições concretas, daquelas se recebe novamente proposições do sistema concretas e gerais sem poder verificá-las inteiramente. O exame dessas proposições acontece comparando-as com outras proposições protocolares traduzidas (cf. *Ibidem*, p. 419). As proposições protocolares não podem ser confirmadas, mas a sua tradução sim (cf. *Ibidem*, p. 420). Esse método mantém *de jure* a diferença entre a linguagem protocolar e a linguagem do sistema, mas as

proposições protocolares são degradadas aos meros sinais e o significado delas se faz corresponder às regras da tradução.

A respeito da possibilidade **b**, podemos afirmar que as proposições protocolares encontram-se dentro do sistema.

A determinação das proposições concretas em proposições protocolares pode acontecer de duas maneiras:

1. pela indicação concreta de forma (como no caso de Neurath);
2. em princípio arbitrariamente – segundo o princípio da tolerância (como no caso de Popper).

Salienta-se ainda que “Cada proposição concreta da linguagem do sistema fisicalista possa talvez servir como proposição protocolar.” (cf. CARNAP, 2006⁴, p. 423). Para a validação da lei L, se deduz de L as proposições concretas que se referem aos pontos espaço-temporais, dessas se deduz utilizando outras leis e as regras da inferência lógica outras proposições concretas até atingir proposições que são aceitas como proposições protocolares. Essas proposições protocolares são então, “os pontos finais da redução” (Ibidem). Assim “se rejeita cada absolutismo das proposições originais” (Ibidem, p. 428), cada fundamentalismo. Carnap, pois, concede que a arbitrariedade leve em si o perigo dos “desvios metafísicos” (Ibidem, p. 429).

Deve-se escolher dessas várias possibilidades de sistema o pragmaticamente melhor. Carnap abandonou as proposições protocolares por causa da crítica de Neurath e Popper à sua base objetiva. O novo critério de Carnap é convencionalista e pragmático (TUSCHLING; RISCHMÜLLER, 1983, p. 31). Finalmente *Zilsel* argumentou que a arbitrariedade da linguagem protocolar conduzia aos muitos sistemas arbitrários, diferentes da ciência unificada que se contradizem (cf. Ibidem, p. 90). Através do convencionalismo das proposições protocolares se abandonou a função distinta delas e em seguida a objetividade da base empírica (cf. Ibidem, p. 72).

5. A exótica de Schlick

Proposições protocolares no sentido de Carnap são hipóteses; as fontes de erros se encontram por toda a parte, pois *errare humanum est*. (cf. SCHLICK, 2006², p. 434-435)

Até a ilusão da memória turva a certeza (cf. Ibidem, p. 442). Schlick afirma que Carnap e Neurath perderam de vista o projeto por causa do relativismo deles. A

consistência seria um princípio fraco. Embora ela evite contradições, a referência à realidade não teria nenhuma significância. De tal modo se poderia acrescentar “contos bem escolhidos” sem o sistema conter contradições. Por isso não se pode determinar as proposições protocolares por causa da convenção. Antes pelo contrário se tem que tratar de uma classe distinta. Elas devem ser incorrigíveis (KRAFT, 1950, p. 109). As asserções de fatos têm que ter um caráter fundador. “O que eu vejo, vejo”. As minhas proposições observacionais formam para mim o fundamento. As constatações (al. *Konstatierungen*) são proposições que alcançam “o observado atual” (SCHLICK, 2006², p. 443-444). Elas se situam no final do processo cognitivo e verificam as hipóteses (cf. *Ibidem*, p. 446). A compreensão do sentido da proposição analítica significa “entender a sua validade *a priori*” (*Ibidem*, p. 450). A identificação do sentido e da verdade são paralelas. Tal como no caso da constatação onde o entender do sentido corresponde à verificação. Em contrapartida, às proposições analíticas sem conteúdo, a constatação nos traz só conhecimento momentâneo, mas ainda assim conhecimento da realidade (cf. *Ibidem*, p. 450). “As constatações são as proposições sintéticas que não são hipóteses”. Elas são os pontos do contato entre a realidade e a linguagem (cf. *Ibidem*, p. 453-454). As conotações são os representantes dos fatos. O ato da constatação é igual ao seu conteúdo. Nelas a diferença entre as proposições e os fatos desapareceriam. Isso sendo o caso, as diferenças se perdem e a teoria da verdade como correspondência não se aplica. Há a diferença de tal maneira que os fatos existam como é possível que as constatações não possam se tornar falsas. As constatações não se deixam apresentar de uma maneira intersubjetiva e somente têm uma validade momentânea, subjetiva. Problemático é também que o contexto da constatação pertence ao sentido delas. Elas não têm um caráter geral. Elas perdem a validade absoluta e se tornam hipóteses (cf. KRAFT, 1950, p. 112). A evidência perceptiva da constatação parece algo subjetivo, psicológico (cf. *Ibidem*, p. 114).

6. Perspectivas

Nas proposições protocolares a linguagem relata algo além da linguagem. A consideração sintática da linguagem não permite a solução do problema da verificação, pois não se investiga a relação ao translinguístico. Além disso, as proposições protocolares não se distinguem por sua forma lógica. Somente a consideração semântica remedeia. Hoje em dia se prefere a consideração semântica das teorias à consideração sintática segundo a qual

se compara às proposições deduzidas da teoria com as proposições básicas, à concepção semântica da teoria. Na concepção semântica se investiga se a teoria tem um modelo nos dados a investigar, isto é, se tem uma interpretação da teoria pelos dados que tornam todas as proposições da teoria verdadeiras.

Referências bibliográficas

CARNAP, Rudolf. Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft. In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006¹.

_____. Über Protokollsätze. In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006².

_____. Von der Erkenntnistheorie zur Wissenschaftslogik. In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006³.

CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans; NEURATH, Otto (eds.). Wissenschaftliche Weltauffassung der Wiener Kreis. In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006⁴.

GALVÃO, Pedro. Positivismo lógico. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves (orgs.). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006¹.

_____. Proposições protocolares. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves (orgs.). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes. 2006².

HALLER, Rudolf. *Neopositivismus: Eine Einführung in die Philosophie des Wiener Kreises*. Darmstadt. 1993.

KRAFT, Victor. *Der Wiener Kreis: Der Ursprung des Neopositivismus*. Wien. 1950.

NEURATH, Otto. Protokollsätze. In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006¹.

_____. Soziologie und Physikalismus, In: STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006².

PRECHTL, Peter. *Grundbegriffe der analytischen Philosophie*. Stuttgart. 2004.

SCHLICK, Moritz. Über das Fundament der Erkenntnis. In. STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006³.

_____. Positivismus und Realismus. In. STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006².

_____. Die Wende der Philosophie. In. STÖLZER, Michael e UEBEL, Thomas (eds.). *Wiener Kreis: Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung*. Hamburg. 2006¹.

STADLER, Friedrich. *Studien zum Wiener Kreis: Ursprung, Entwicklung und Wirkung des Logischen Empirismus im Kontext*. Frankfurt am Main. 1997.

TUSCHLING, Burkhard e RISCHMÜLLER, Marie. *Kritik des Logischen Empirismus*. (Sozialwissenschaftliche Schriften, H. 6). Berlin 1983.